RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Valdemar no PL sente as dores do crescimento

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, ficará montado numa grana que vai se aproximar de R$ 1 bilhão. Nas eleições deste ano, o PL já era o partido com maior montante de recursos do Fundo Partidário: R$ 881,6 milhões. Em 2022, elegeu 106 deputados. Agora, foram 121. Como é a partir daí que se faz o cálculo da divisão da bolada entre os partidos, o valor destinado ao PL será, então, ainda maior.

Quando herdou a legenda de Álvaro Valle, o PL era um partido de porte médio. Valdemar transformou-o no maior partido do país, mas agora parece sentir as dores desse crescimento. Como aqueles adolescentes que crescem demais e começam a sentir dores ósseas e musculares, Valdemar tem tido problemas para continuar comandando o PL como sempre comandou. Para não perder poder, ele sempre centralizou nele as decisões. Sente agora o peso da idade – está com 77 anos – e a complexidade de administrar um partido que cresceu demais e a partir da adesão de um líder que não é ele, mas o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A todo momento, então, o pragmatismo que sempre marcou a tática política de Valdemar se choca com o modelo mais ideológico de extrema direita e do bolsonarismo. De novo, isso acontece agora na discussão sobre como o PL irá atuar na sucessão do Congresso em fevereiro do ano que vem.

Embora tenha conquistado as maiores bancadas tanto na Câmara quanto no Senado, o PL não largou bem na discussão sobre quem irá comandar as duas Casas. Na Câmara, foi completamente atropelado pela composição que o atual presidente, Hugo Motta (Republicanos-PB), montou para se reeleger.

Pragmático, Valdemar tenta convencer o partido que não parece haver, a essa altura, saída que não seja acabar compondo também com Hugo Motta. As regras da Câmara determinam que a eleição é para a Mesa Diretora. Ou seja, os cargos são distribuídos entre os partidos que compõem a chapa vencedora. E para as comissões os cargos são distribuídos a partir dos blocos formados. E os partidos que apoiam Motta formarão um imenso bloco a seu favor.

Assim, se o PL resolver lançar um candidato contra Hugo Motta, ficando fora da sua chapa, corre o risco de perder tudo. Valdemar tenta convencer a bancada que esse risco envolveria algo em torno de cem cargos na estrutura da Câmara.

Contra essa visão pragmática, porém, há os interesses políticos e ideológicos. Primeiro, pode haver uma resistência do governo Luiz Jnácio Lula da Silva (PT) em compor a chapa de Hugo Motta se também lá estiver o PL. E, pelo lado do PL, da mesma forma há essa avaliação sobre se é conveniente estar no Congresso numa mesma composição que o PT.

Valdemar tem comando sobre os pragmáticos que sempre estiveram com ele no PL. Mas não comanda os ideológicos. Seu problema hoje: ninguém os comanda. A referência é o ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas ele está em prisão domiciliar. E Valdemar só pode vê-lo e pedir alguma interferência se tiver autorização para isso do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Os dois filhos de Bolsonaro que atuam na articulação política – Flávio e Eduardo – optaram por viver nos Estados Unidos. E não têm muito diálogo com Valdemar. O presidente do PL tem diálogo com Michelle. Mas o clã não a considera muito como parte da família nem ela tem muito gosto por um tipo de articulação, digamos, mais coletiva. Sem contar que vem sendo seduzida a trocar o PL pelo Republicanos.

Valdemar está como aquele garoto que cresceu e vai se tornar craque no basquete. Tende a brilhar. Mas, até lá, esse crescimento traz problemas e, às vezes, dói um bocado...

FERNANDO MOLICA

Jornalista

Rio de Janeiro: a parceria no crime

Ao cravar que 32,2% dos moradores do Estado do Rio vivem em áreas dominadas por organizações criminosas, o Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão oficial, delimitou o tamanho de uma tragédia que ameaça nossa democracia e nossa soberania.

Um poder que jamais teria sido conquistado e consolidado sem que houvesse estímulo, parceria e cumplicidade de agentes do Estado — é inimaginável que bandidos conquistassem tamanha relevância sem a existência de uma espécie de PPP, parceria público-privada.

A experiência, infelizmente abadonada, das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) revelou o óbvio: o Estado brasileiro era capaz de, com facilidade, retomar territórios ocupados por quadrilhas, por mais armadas que estivessem.

A lenda de que tais espaços eram inexpugnáveis não passava de uma tentativa de deixar tudo como estava, uma estratégia que escondia interesses dos que lucram com o processo de submissão de mais de cinco milhões de fluminenses.

E até risível achar que o Estado brasileiro — com suas polícias e forças armadas — seria incapaz de retomar comunidades localizadas e delimitadas. A exaltação do poder dessas organizações servia e serve para impedir qualquer mudança, para manter a rotina de operações sangrentas e inúteis, para simular combates.

Uma lógica que mantém — como foi dito há alguns anos — a polícia como uma espécie de agência reguladora do tráfico. Dados disponíveis na página do Ministério Público do Rio mostram que, entre junho de 2020 e setembro de 2026, as polícias fluminenses realizaram 5.895 operações em favelas; praticamente, mil por ano, 80 por mês, 2,6 por dia: ao longo desse tempo, o poder das organizações criminosas apenas cresceu.

O resultado do bangue-bangue disfarçado de combate ao crime não representa, porém, um fracasso, mas o sucesso das várias versões de PPPs estimuladas por políticos que promovem matanças periódicas para assim esconderem sua cumplicidade com o crime.

As prisões de figuras de destaque da política brasileira suspeitas de ligações com bandidos — como os ex-presidentes da Assembleia Legislativa do Rio e da Câmara de São Paulo — são, para usar a velha imagem, pontas de icebergs.

Rodrigo Bacellar e Milton Leite, os dois presos, não podem ser considerados representantes da maioria dos parlamentares brasileiros, mas estão longe de se constituírem em casos isolados. Não conquistariam posições tão importantes se não estivessem articulados com muitas outras pessoas, inclusive com outros políticos que adoram engrossar a voz contra bandidos que tanto cultivam nos bastidores.

A aprovação da PEC da Segurança Pública dá ao presidente Lula (PT) instrumentos que, segundo ele, são capazes de interromper o sequestro do país por bandidos de diversos calibres. Resta saber se ele terá vontade e condições políticas para não se limitar a prender os suspeitos de sempre.

EDITORIAL

Brasil envelhece, mas não se prepara para o futuro

O envelhecimento da população brasileira deixou de ser uma projeção distante para se tornar uma realidade que exige respostas imediatas. O país está mudando sua estrutura demográfica, com famílias menores, aumento da expectativa de vida e crescimento acelerado da população idosa. O problema é que as políticas públicas, a infraestrutura urbana e o próprio mercado de trabalho ainda não acompanham essa transformação. O Brasil está vivendo mais, mas ainda não conseguiu organizar as condições necessárias para que seus cidadãos envelheçam com dignidade.

Viver mais deveria representar uma conquista coletiva. Entretanto, para milhões de brasileiros, a longevidade vem acompanhada de incertezas. Aposentadorias insuficientes, dificuldades de acesso à saúde, falta de cuidadores, mobilidade urbana inadequada e ausência de uma rede de apoio familiar transformam o envelhecimento em um desafio cotidiano. Em muitos casos, a responsabilidade pelo cuidado recai sobre parentes que também precisam trabalhar, sustentar suas famílias e enfrentar as próprias dificuldades financeiras.

O sistema de saúde precisará se adaptar a essa nova realidade. Uma população mais velha demanda acompanhamento contínuo, prevenção, atendimento especializado e estruturas capazes de lidar com doenças crônicas e limitações físicas. Não se trata apenas de ampliar hospitais ou contratar profissionais, mas de organizar uma rede de assistência que ofereça atendimento humanizado, acompanhamento domiciliar e condições para preservar a autonomia dos idosos. A atenção básica, nesse contexto, assume papel fundamental para evitar que problemas de saúde se agravem e sobrecarreguem os serviços de emergência.

Outro ponto preocupante é a falta de estrutura das cidades. Calçadas esburacadas, travessias perigosas, transporte coletivo sem acessibilidade e prédios públicos inadequados dificultam a circulação de quem possui limitações de mobilidade. O que deveria ser um direito básico, como sair de casa, utilizar o transporte público ou frequentar uma praça, muitas vezes se transforma em uma tarefa complicada. Planejar cidades para os idosos significa, na verdade, construir espaços melhores para todos.

Há ainda uma questão econômica que não pode ser ignorada. Com menos jovens ingressando no mercado de trabalho e mais pessoas dependendo da Previdência e dos serviços públicos, o país terá de discutir produtividade, financiamento da proteção social e novas formas de organização do trabalho. A sustentabilidade do sistema previdenciário exige planejamento de longo prazo, transparência e responsabilidade.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal